



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS
MARINHOS E COSTEIROS

ATA SUMÁRIA DE REUNIÃO PÚBLICA CGMAC/DILIC/IBAMA Nº 8/2018

EMPREENDIMENTO / ATIVIDADE: Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, do Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3.

PROCESSO IBAMA Nº: 02001.007928/14

DATA: 08.11.2018

LOCAL: Ubatuba/SP

Aos oito dias de novembro do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas e vinte e cinco minutos, na UNITAU, Avenida Castro Alves, 392 – Itaguá, iniciou-se a Reunião Pública para discussão da atualização dos estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental – EIA) referente ao Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3. A presente ata foi lavrada de acordo com os procedimentos definidos pelo IBAMA no Regulamento da Reunião Pública e em atendimento à demanda de realização de consulta pública no município recebida no Processo IBAMA nº 02001.007928/14. A mestre de cerimônia, após informar as condições de segurança do espaço, comunicou sobre a distribuição do EIA-Rima e sobre o relatório de divulgação da Reunião e informou que as listas correspondentes estão disponíveis para consulta na mesa de apoio do IBAMA e na recepção da Reunião. Em seguida chamou para abrir e presidir a Reunião Pública o Sr. Itagyba Alvarenga Neto, Coordenador de Produção da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA. O presidente da Reunião realizou a apresentação institucional, explicitando as etapas do processo de avaliação de impactos e riscos ambientais, a partir da análise do estudo de impacto ambiental (EIA) e da imposição de medidas de gestão ambiental, sendo papel do IBAMA exigir o menor impacto possível. Até o momento foram realizadas quatro Audiências Públicas (Niterói, Angra dos Reis, Santos e Caraguatatuba) e uma Reunião Pública (Cananea), sendo a presente Reunião o sexto momento de consulta sobre este processo de licenciamento, estando prevista ainda mais uma Reunião em Ilhabela. A Reunião Pública tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo desse estudo e suas atualizações, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas, sugestões e contribuições à análise do EIA-Rima, estando a equipe técnica responsável pela análise presente na Reunião, pois é o momento onde o estudo ainda está em avaliação, com possibilidade de mudanças e correções, sendo a participação da sociedade presente muito importante neste processo. O Sr. Itagyba falou sobre a etapa em que o processo se encontra e passou orientações regimentais da Reunião Pública, explicando o funcionamento da mesa de apoio do IBAMA e dinâmica da atividade, ressaltando que a etapa de perguntas será organizada priorizando os comunitários das localidades mais distantes. Por fim, explicitou que toda a documentação sobre o processo é pública e disponível para consulta, indicando os contatos (telefones/endereço eletrônico) correspondentes. Em seguida passou a palavra para o Sr. Marcos Vinícius, representante da Petrobras o Sr. Marcos Vinícius, gerente setorial da Petrobras, que iniciou a apresentação pelo histórico deste processo, desde a emissão do Termo de

Referência e confecção do EIA finalizado no ano de 2015 (protocolado no IBAMA em 2017), pareceres emitidos e as reuniões setoriais e oficiais realizadas no âmbito do processo. Em seguida apresentou as atividades da empresa na Bacia de Santos, indicando os empreendimentos de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás já instalados e os previstos que já possuem licenças emitidas. Explicou as condições de produção e escoamento de gás e o transporte do petróleo por navios, ressaltando que transporte do óleo não é escopo do licenciamento em epígrafe. Mencionou o projeto de monitoramento do tráfego de embarcações, demandado pelo IBAMA nos licenciamentos já realizados, qualificando sua importância. Em seguida chamou a Sra. Fabiana Bonani, representante da Mineral Engenharia, que fez sua apresentação abordando os principais encaminhamentos demandados pelos pareceres do IBAMA e como resultado das consultas públicas já realizadas. Em relação à área de estudo, localizou os 24 municípios componentes e os critérios utilizados, indicando que o município de Ubatuba foi enquadrado também pelo critério da confrontação da área de pesca em relação à área de vazamento de óleo. Ubatuba já integrava a AI como área geoeconômica de Caraguatatuba. Explicou sobre a delimitação da área suscetível ao vazamento e apresentou representações das modelagens realizadas, explicando alguns cenários modelados e o mapa de vulnerabilidade, destacando algumas áreas relevantes dos componentes socioeconômicos e bióticos. Explicou como foi realizada a revisão da modelagem, mencionando a alteração metodológica e inclusões de probabilidades de toque em áreas não anteriormente não consideradas, como o Arquipélago de Alcatrazes. Apresentou a área de pesca de Ubatuba e a relação com as áreas de vazamento e de tráfego de embarcações. Apresentou as alterações realizadas nos estudos, por revisão ou complementação, nos temas: planos e de programas de governo; legislação ambiental; diagnósticos dos meios físico, biótico e socioeconômico; análise integrada; impactos ambientais (destacando as mudanças de alguns impactos de potenciais para efetivos, como introdução de animais exóticos, colisão com embarcações de pesca, perda de petrechos e colisão); e análise de risco, indicando que a revisão não alterou a qualificação do risco; conformação da área de influência, indicando as inclusões de municípios e os critérios correspondentes. Ainda sobre a área de influência ela destacou que a área suscetível ao de vazamento de óleo não se enquadra como área de influência da atividade. Também mencionou que houve complementações em medidas de mitigação. A apresentação da Mineral finalizou às dezenove horas e dez minutos. Após a apresentação, a Mestre de Cerimônia, anunciou a abertura das inscrições para realização de perguntas orais na mesa de apoio do IBAMA. Fez-se um intervalo de cerca de 30 (trinta) minutos. Reabrindo a sessão a Mestre de Cerimônias convidou para compor a mesa dos debates o sr. Itagyba Alvarenga Neto, presidente, o Sr. Carlos Eduardo Martins, como secretário executivo; o Sr. Marcos Vinícius de Mello representando a Petrobras; a Sra. Fabiana Bonani, representante da empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente. Antes do início da etapa de perguntas e em atendimento à demanda de representante da colônia de pesca, a representante da Mineral explicou novamente o mapa de área de pesca de Ubatuba e as confrontações demonstradas. Iniciaram-se os debates e o esclarecimento das perguntas escritas e orais. Os temas abordados nas perguntas escritas foram os seguintes: (1) compensações ambientais e medidas mitigadoras; (2) *royalties*, (3) área de influência; (4) fiscalização da pesca; (5) linguagem utilizada nos estudos e consultas; (6) reabilitação de animais impactados pela intensidade de tráfego e necessidade de existência de centro de reabilitação correspondente; (7) impacto ambientais; (8) necessidade de preservação ambiental; (9) diagnósticos ambientais; (10) escoamento de óleo por navios aliviadores e operações *ship-to-ship*; (11) necessidade de preservação x exploração e produção de petróleo. As perguntas orais: (1) Ernely Fragoço, morador de Ubatuba, questionaria sobre divisão de *royalties* mas considerou contemplado pelas respostas das perguntas escritas; (2) Ana Flávia Sallai, da Associação de Moradores da Praia do Peres, leu o Manifesto protocolado na Reunião Pública sobre a aplicabilidade da Convenção 169 da OIT neste processo; a abrangência do Projeto de Educação Ambiental medida mitigadora em execução no âmbito dos licenciamentos do Polo ré-sal, que desconsidera um conjunto de comunidades tradicionais; e o aumento dos impactos relacionados ao tráfego de embarcações e operações *ship-to-ship*. Foi reivindicado ainda um tratamento diferenciado

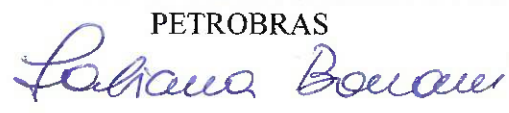
para comunicação processual junto às comunidades tradicionais, além de facilitação para o entendimento dos documentos de caráter técnico; (3) Fabio Antônio Ferreira de Oliveira, da APCR e AMESP, falou sobre o vazamento no Tebar que atingiu o litoral norte em 2012 e impactou os cultivos de maricultura e o estoque de camarão rosa e sete barbas, cujo impacto perdurou cerca de quatro anos e não houve indenização para os pescadores de Ubatuba; perguntou da função do IBAMA enquanto agente licenciador e fiscalizador da Petrobras; e também falou sobre o diagnóstico da pesca artesanal de Ubatuba no EIA-Rima, que não considerou adequado; (4) Dara de Oliveira, da AMESP, leu manifestação protocolada que reitera a exclusão de comunidades nos projetos mitigadores (PEA e PCAP) no âmbito do licenciamento do Pré-sal, aponta a existência de falhas nos diagnósticos e a não consideração das demandas encaminhadas em outras consultas públicas e solicita a reparação pela inclusão das comunidades nos programas; (5) Lia Helena Demange, advogada da Associação de Moradores da Praia do Peres, pede maiores esclarecimentos, pois ressalta que a apresentação do EIA realizada continha muitos termos técnicos; pede que seja retomado mapa de vulnerabilidade, para esclarecer questões relacionadas às comunidades pesqueiras, e também sua relação com a área de risco; questiona sobre efeitos dos impactos quanto à área de risco sobre as comunidades pesqueiras de Ubatuba; solicita expressamente que na próxima Reunião ou Audiência Públicas estejam presentes tanto a CETESB quanto a TRANSPETRO; lembra que esta é uma Reunião Pública, e este é o momento que a sociedade tem para solicitar informações; quanto à Instrução Normativa do IBAMA sobre procedimentos *ship-to-ship*, comenta que não faz sentido sua exclusão do processo de licenciamento em questão, considerando que esse procedimento gera um risco, e que se esse transporte é em função da produção relacionado ao empreendimento em questão, ele não deveria ser licenciado separadamente; questiona, ainda sobre o controle ambiental efetivo do procedimento *ship-to-ship* se não há diálogo entre os órgãos; reforça ainda quanto a este tema que existem princípios no direito ambiental que estabelecem que não deve haver este tipo de fragmentação, pois a questão do transporte de óleo produz um efeito cumulativo e por isso deveria estar sendo analisado pelo IBAMA; (6) Santana Moreira da Silva, caiçara de Ubatuba, fala da sua luta pelo município e pelos pescadores; fala sobre o que aconteceu com a Petrobras, em relação a vazamentos, poluição e corrupção; fala dos elevados preços de gás mesmo com todo o gás gerado no país e em Caraguatatuba; fala das deficiências dos órgãos ambientais e reclama dos procedimentos adotados; reclama da burocracia, dos métodos empregados e das desigualdades e injustiças que acontecem; fala da necessidade de prever ações para resguardar as pessoas e proteger os pescadores; fala de projetos que existem para beneficiar a pesca e que precisam ser executados; fala que está havendo uma invasão do país e uma entrega de suas riquezas e da necessidade de melhorar a educação das crianças. O presidente da mesa informou que o encaminhamento de documentos sobre o Licenciamento Ambiental ou sobre o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do empreendimento Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3, podem ser encaminhados para o e-mail CGMAC.sede@IBAMA.gov.br ou através do endereço: Praça XV de novembro, nº 42, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, no prazo de 10 (dez) dias úteis. Todos os pontos foram esclarecidos pela mesa, pelo IBAMA, pela empresa de consultoria e por técnicos da PETROBRAS com conhecimento específico sobre os temas perguntados. Foram protocolados 3 (três) documentos durante a Reunião Pública: (1) Manifesto GT Ubatuba – Comunidades Tradicionais sobre a aplicabilidade da Convenção 169 da OIT neste processo; a abrangência do Projeto de Educação Ambiental medida mitigadora em execução no âmbito do licenciamento do Pré-sal, que desconsidera um conjunto de comunidades tradicionais e pesqueiras; e o aumento dos impactos relacionados ao tráfego de embarcações; (2) Representação de representante dos caiçaras e pescadores artesanais das praias de Lagoinha, Peres e Oeste, sobre a execução do Projeto de Educação Ambiental e em apoio ao manifesto das populações tradicionais sobre a Convenção 169 da OIT; (3) Ofício da Colônia de Pescadores Z10 – Ubatuba, que solicita o adiamento e reagendamento da presente Audiência, em função das dificuldades logísticas ocasionadas pela chuva e queda de barreiras nas estradas. A Reunião

Pública contou com a presença de 135 (cento e trinta e cinco) pessoas. O Sr. Itagyba Alvarenga Neto fez suas considerações finais e, às vinte e três horas e quinze minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezoito, considerou válida e encerrada a Reunião Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA referente ao Licenciamento Ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Polo Pré-sal, Bacia de Santos – Etapa 3. Lavrou esta Ata a Analista Ambiental da CGMAC/DILIC/IBAMA, Lilian Maria Menezes Lima, que assina com os demais representantes.


Itagyba Alvarenga Neto
Coordenador de Produção da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA
Presidente da Mesa Diretora da Reunião Pública


Carlos Eduardo Martins
Analista Ambiental da COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA
Secretário Executivo


Marcos Vinicius de Mello
Gerente Setorial de Meio Ambiente UOBS
PETROBRAS


Fabiana Bonani
Mineral Engenharia e Meio Ambiente


Lilian Maria Menezes Lima
Analista Ambiental
COPROD/CGMAC/DILIC/IBAMA